



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### **I. INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar a melhor solução para supri-la no mercado, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### **II. OBJETO DO ESTUDO E ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

Necessidade de dar subsídio a Câmara Municipal de Amontada, na condução dos trabalhos existentes, e na tomada de decisões, respeitando aos princípios constitucionais, atendendo aos anseios da área demandante.

Tal contratação se revela fundamental para assegurar uma atuação mais assertiva dos parlamentares, promovendo a segurança jurídica nas suas deliberações e decisões. Além disso, a assessoria garante que a Câmara Municipal cumpra com rigor as normas constitucionais, legais e regimentais, minimizando o risco de ações judiciais, impugnações ou outras falhas que possam comprometer a credibilidade e eficácia das ações legislativas.

#### **II.1. LOCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**

A execução do objeto contratual será realizada na sede da Câmara Municipal de Amontada, além de atender aos envolvidos sempre que fizer necessário, de forma presencial ou virtual, telefone, whatsapp, bem como no acompanhamento a reuniões em outros órgãos, que se fizerem necessárias.

#### **II.2. NATUREZA E FINALIDADE DO OBJETO CONTRATUAL**

Trata-se de prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria Legislativa em processo legislativo, incluindo a consultoria na atuação gerencial da Ouvidoria junto a Câmara Municipal de Amontada, buscando promover uma atuação legislativa eficiente, transparente e em conformidade com as normas legais.

### **III. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO DESTE DOCUMENTO**

As informações contidas no presente estudo poderão estar disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas na forma da Lei nº 12.527/2011.

### **IV. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação do serviço descrito neste estudo, é possível pela previsão expressa nos termos do art.74, inciso III, "c".

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*[...]*

*III – contratações dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*

*[...]*

*c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*

A contratação de assessoria e consultoria especializada em processo legislativo, justifica-se pela necessidade de otimizar a produção legislativa, aprimorar a qualidade do atendimento ao cidadão e garantir a segurança jurídica nas ações parlamentares, evitando riscos de nulidade de atos e decisões.

Essa iniciativa contribui para a atuação mais assertiva dos parlamentares, promovendo a segurança jurídica nas suas deliberações e decisões. Além disso, a assessoria garante que a Câmara Municipal cumpra com rigor as normas constitucionais, legais e regimentais, minimizando o risco de ações judiciais, impugnações ou outras falhas que possam comprometer a credibilidade e eficácia das ações legislativas.

Outro ponto fundamental que justifica a contratação desses serviços especializados é a necessidade de integrar a Ouvidoria à estrutura da Câmara Municipal, aprimorando a gestão e a comunicação com a sociedade.

## V. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anual aprovado e vigente. Salienta-se que a Lei nº 14.133/2021 - A Nova Lei de Licitações e Contratos, que determina a obrigatoriedade de demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, passou a vigorar a partir de janeiro de 2025.

**ID PCA no PNCP:** 06582555000175-0-000001/2025

**Data de publicação no PNCP:** 08/05/2024.

**Id do item no PCA:** 03.

**Classe/Grupo:** Consultoria e Assessoria.

## VI. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente solicitação de inexigibilidade de licitação tem por objetivo a contratação de assessoria e consultoria especializada em processos legislativo, os quais são de natureza predominantemente intelectual e determinada singularidade, ou seja, são demasiadamente serviços técnicos e específicos, principalmente nesse âmbito aqui tratado destinados especificamente a órgãos e entidades públicas.

No entanto, é indispensável a existência de evidência objetiva dessa especialização e capacitação do escolhido."

E assevera:

*"A notória especialização consiste, então, nesse juízo difuso acerca da qualificação do sujeito para desempenho da atividade objeto da contratação."*

Que a notória especialização esteja intimamente relacionada com a singularidade pretendida pela Administração — Por fim, é fácil de se constatar que a notória especialização da empresa que se pretende contratar não somente está intimamente relacionada com a singularidade pretendida, mas é parte integrante dessa contratação. A empresa a ser contratada devesse possuir notória especialização relativa a serviços, já demonstrado, e aqui se pretende contratá-la para a Câmara Municipal de Amontada.

O objeto singular buscado, de pleno interesse público, é o mesmo da notória especialização. Impossível de se haver correlação mais íntima! Para finalizar, o posicionamento de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:



*"Por oportuno, insta ressaltar que a notória especialização do futuro contratado deve estar associada ao objeto pretendido pela Administração e ser suficiente para atender à singularidade imposta pelo interesse público."*

E finaliza:

*"Deve haver sempre íntima correlação entre a especialização e a singularidade do objeto."*

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

O objeto a ser contratado possui natureza continuada, podendo ser prorrogado. Isso se justifica pelo pungente necessidade em otimizar a produção legislativa, aprimorar a qualidade do atendimento ao cidadão e garantir a segurança jurídica nas ações parlamentares, evitando riscos de nulidade de atos e decisões.

Os requisitos abaixo foram cuidadosamente avaliados, não havendo especificações capazes de macular o caráter competitivo da seleção.

## **VI.1. Requisitos técnicos da contratação**

Para a correta execução do objeto, devem ser observados os seguintes requisitos:

a) As parcelas de maior relevância técnica é que a Empresa contratada tenha conhecimento técnico especializado em processo legislativo, e seus profissionais tenham capacidade técnica e experiência em assessoria e consultoria e que seja habilitada para a realização do serviço;

b) É primordial que seja referência comprovada de prestação de serviços a outros órgãos.

Os requisitos conhecimento e comprometimento em compartilhar informações atualizadas e confiável se justificam por se tratar do objetivo principal da contratação almejada, no intuito de garantir que os serviços da Câmara Municipal de Amontada serão conduzidos com eficiência e maior segurança nas decisões.

Em suma, são requisitos técnicos da contratação:

- a) Possuir expertise comprovada em Processo Legislativo, no âmbito municipal;
- b) Dispor de profissionais qualificados, de nível superior, bem como especializações na área pública;
- c) Apresentar documentos que comprovem a qualificação técnica;
- d) Garantir a qualidade e efetividade das ações propostas, comprovando o impacto positivo em projetos anteriores (atestados de capacidade técnica); e
- e) Cumprir os prazos e cronogramas estabelecidos pela Câmara.

## **VI.2. Requisitos de sustentabilidade**

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível, fazer uso de energia renovável.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas da Administração Pública e normativos específicos voltados para as práticas sustentáveis, coesos aos princípios da sustentabilidade, social, ambiental e econômico, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:

- a) Economia de energia;
- b) Economia de materiais plásticos descartáveis;

- c) Economia de água; e
- d) Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, e os inerentes ao manuseio e operacionalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionador de ar, dentre outros semelhantes.

### **VI.3. Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados**

- a) Constituição Federal, Constituição Estadual do Ceará e Lei Orgânica do Município de Amontada;
- b) Lei nº 14.133/2021 e alterações – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- c) Lei Complementar nº 101/2000 e alterações – Lei de Responsabilidade Fiscal;
- d) Lei Complementar nº 95/98 – Técnica Legislativa;
- e) Lei Complementar nº 107/2001 – Alterações na técnica legislativa;
- f) Lei Complementar nº 131/2009 – Lei da Transparência Pública;
- g) Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação;
- h) Lei nº 13.460/2017 – Lei de Defesa do Usuário do serviço público;
- i) Resoluções e Instruções Normativas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/CE);
- j) Jurisprudência e julgados dos Tribunais e Cortes Superiores;
- k) Demais normas correlatas.

## **VII. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

Os serviços a serem contratados foram definidos no Documento de Formalização de Demanda, referente à Prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria em Processo Legislativo junto a Câmara Municipal de Amontada, a serem prestados de forma continuada, cujas quantidades estão definidas para um período inicial de 10 (dez) meses.

### **VII.1. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

A análise comparativa de valores praticados pela empresa DIGI-EX CONSULTORIA, TREINAMENTO E SERVIÇOS LTDA. ME, CNPJ Nº 15.093.428/0001-01, em contratos no âmbito público, revela que o montante proposto para o presente contrato é condizente e justo, perfeitamente alinhado com a realidade de mercado para esse fim.

Consta no processo o mapa de preço para a inexigibilidade de licitação.

A escolha da referida empresa é baseada na sua qualificação técnica e profissional, conforme demonstrado na documentação por ela apresentada, inclusive os contratos, notas de empenho, notas fiscais e respectivas atestações, e os preços estão em conformidade com os praticados nas contratações anteriores da mesma natureza, como pode ser observado pelas notas fiscais apresentadas, emitidas para outros entes públicos.

No valor global para a presente contratação foi considerado a experiência e expertise, pois a empresa tem um histórico de atuação de sucesso e grande destaque em municípios cearenses, atuando no ramo de assessoria e consultoria técnica especializada em processo legislativo.

A assertividade no valor proposto reforça a idoneidade da proposta e garante a economicidade para a Administração Pública.

Dessa forma, a contratação da empresa DIGI-EX CONSULTORIA, TREINAMENTO E SERVIÇOS LTDA. ME, CNPJ Nº 15.093.428/0001-01, poderá, e após parecer da Assessoria Jurídica, ser possível ocorrer por inexigibilidade de licitação, conforme artigo 74, inciso III, alínea “c” da Lei nº 14.133/2021.

## **VIII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



O valor total da contratação será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) com base na proposta de preços apresentada pela empresa DIGI-EX CONSULTORIA, TREINAMENTO E SERVIÇOS LTDA. ME, CNPJ Nº 15.093.428/0001-01.

## **IX. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Contratação, por inexigibilidade de licitação da prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria em processo legislativo, visa subsidiar a Câmara frente a crescente complexidade que o ordenamento jurídico e administrativo impõe à administração pública, urge então a necessidade de suporte técnico especializado para garantir a adequada condução de seus atos e decisões. No contexto legislativo municipal, a assessoria e consultoria legislativa se tornam imprescindíveis para assegurar a legalidade, eficiência e transparência dos processos administrativos e legislativos.

## **X. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Os estudos revelaram que é tecnicamente inviável dividir a solução, pois o objeto da contratação, são correlatos e devem ser geridos e executados pela mesma empresa, caso contrário, poderia implicar uma complexa e desnecessária demanda para os fins contratuais, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive ingerência entre as diversas empresas.

A contratação de que trata o objeto, por meio de preço global, nos moldes em que se encontra, permite à Administração uma maior economia e eficiência nos trabalhos a serem realizados pelos setores envolvidos.

## **XI. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS**

A contratação de serviços de assessoria e consultoria em processo legislativo busca subsidiar a Câmara com a garantia de conformidade legal em todas as ações legislativas e administrativas. Com a atuação de especialistas, a Câmara Legislativa se municiará de orientações e pareceres precisos e atualizados, garantindo a adequação às inovações legais e normativas das cortes judiciais e de contas.

Outro ponto importante é a constante capacitação dos Vereadores, Servidores e Assessores Parlamentares em processo legislativo, garantindo uma atuação mais assertiva por todos os envolvidos.

## **XII. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

Para o êxito da solução, é necessário que a Administração providencie o que for necessário para a referida contratação, designação do fiscal de contrato, emissão da nota de empenho e contrato em favor da referida contratação.

## **XIII. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há contratações correlatas ou interdependentes para a solução apresentada neste estudo.

## **XIV. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Não se aplica.

## **XV. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMONTADA

Dona Maria Belo, nº 1311, Centro / CEP: 62.540-000 - Amontada - CE

CNPJ Nº 06.582.555/0001-75 / CGF Nº 06.920.417-9

Fone: (88) 3636-1177 / Fax: (88) 3636-1414

Home page: [www.camaraaamontada.ce.gov.br](http://www.camaraaamontada.ce.gov.br)

E-mail: [cmamontada@gmail.com](mailto:cmamontada@gmail.com)



O estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita acima se mostra tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

A contratação dos serviços propostos não apenas atende aos requisitos legais, mas também fortalece a atuação institucional da Câmara Municipal de Amontada, garantindo maior segurança jurídica, eficiência e transparência na sua gestão e no cumprimento de suas atribuições constitucionais e regimentais.

Diante dos elementos contantes neste Estudo Técnico Preliminar, declaro que a contratação pretendida é viável, uma vez que a mesma é indispensável para garantir maior segurança jurídica, eficiência e transparência na sua gestão e no cumprimento das atribuições constitucionais e regimentais da Câmara Municipal de Amontada.

Amontada - CE, 20 de fevereiro de 2025.

  
Marcos Caio Magalhães Rodrigues  
Presidente





## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**DO OBJETO:** Prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria Legislativa em processo legislativo, incluindo a consultoria na atuação gerencial da Ouvidoria junto a Câmara Municipal de Amontada.

#### 1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria Legislativa em processo legislativo, incluindo a consultoria na atuação gerencial da Ouvidoria junto a Câmara Municipal de Amontada.	MÊS	10	R\$ 10.000,00	R\$ 100.000,00

#### 1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

- Assessoria jurídica parlamentar, abrangendo consultoria na elaboração de projetos de leis, projetos de resolução e de Decretos Legislativos, Requerimentos, Indicações, Moções, Portarias, Instruções Normativas, Pareceres, adequação de pronunciamentos, notas técnicas e orientações a comissões da Casa Legislativa;
- Assessoria no controle dos atos administrativos do Poder Legislativo, oriundos do Setor/Departamento Legislativo, dentro das formalidades exigidas pela legislação;
- Atuação complementar junto à Procuradoria da Câmara Municipal, oferecendo suporte técnico-jurídico em demandas relacionadas ao Processo Legislativo;
- Revisar, no que tange a melhor técnica, ofícios, mensagens, justificativas e demais atos a serem enviadas ao Poder Executivo e demais órgãos;
- Revisar e emitir pareceres, em especial sobre processo e técnica legislativa de Projetos e demais matérias legislativas;
- Monitorar a tramitação de proposições legislativas, orientando quanto a correta tramitação;
- Responder a consultas sobre assuntos do legislativo, em especial sobre processo e técnica legislativa, formulação de projetos de lei, de Pareceres, de Comissões, de veto, de forma oral ou escrita;
- Orientar a condução das Comissões Parlamentares de inquérito fundamentadas no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967
- Consultoria nos Processos relacionados a ética e decore parlamentar;
- Consultoria e Assessoria no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Câmara Municipal, visando otimizar a modernização dos processos legislativos;
- Participar de reuniões com a Mesa Diretora, Vereadores e demais autoridades, quando solicitado;
- Capacitação aos Vereadores e Servidores em Processo Legislativo;
- Orientação gerencial junto a Ouvidoria para a melhoria da gestão pública.

1.2.1. O custo estimado total da referida contratação é de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**.



1.2.2. Os custos estimados foram determinados conforme pesquisa de preços realizada.

1.2.3. Regime de Execução Indireta, prestação dos serviços de forma contínua.

1.2.4. O quantitativo foi dimensionado levando em consideração o serviço necessário ao atendimento da Câmara, com a finalidade de atender a demanda de sua necessidade e em possibilitar as tomadas de decisões.

1.2.5. Os serviços, objeto desta contratação são caracterizados como serviço técnico especializado de natureza intelectual, relativos a assessorias e consultorias técnicas jurídicas.

1.2.6. A Categoria de Despesa do objeto a ser contratado enquadra-se em: (X) Despesa de Custeio.

**1.3. FORMA DE CONTRATAÇÃO:** Contrato administrativo.

**1.4. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**ID PCA no PNCP:** 06582555000175-0-000001/2025

**Data de publicação no PNCP:** 08/05/2024.

**Id do item no PCA:** 03.

**Classe/Grupo:** Consultoria e Assessoria.

## 2. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14133, de 2021.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

3.1 A Câmara Municipal de Amontada, com o intuito de promover uma atuação legislativa eficiente, transparente e em conformidade com as normas legais, entende a necessidade de contar com uma assessoria e consultoria especializadas no processo legislativo e no gerenciamento da Ouvidoria. A contratação de serviços especializados visa otimizar a produção legislativa, aprimorar a qualidade do atendimento ao cidadão e garantir a segurança jurídica nas ações parlamentares, evitando riscos de nulidade de atos e decisões.

3.2 A atuação no processo legislativo exige um profundo conhecimento das normas e procedimentos legais que regem a elaboração e tramitação de proposições, como projetos de lei, requerimentos e outras matérias pertinentes ao dia a dia da Câmara Municipal. Nesse contexto, a consultoria especializada é essencial para fornecer orientações claras e precisas aos parlamentares, garantindo a conformidade com a legislação vigente e a eficiência dos processos legislativos. A assessoria também deve atuar na capacitação dos vereadores e servidores da Casa Legislativa, além de acompanhar o andamento das proposições, sugerindo melhorias e ajustando os procedimentos sempre que necessário.

3.3. A presença de uma consultoria especializada contribui para a atuação mais assertiva dos parlamentares, promovendo a segurança jurídica nas suas deliberações e decisões. Além disso, a assessoria garante que a Câmara Municipal cumpra com rigor as normas constitucionais, legais e regimentais, minimizando o risco de ações judiciais, impugnações ou outras falhas que possam comprometer a credibilidade e eficácia das ações legislativas.

3.4 Outro ponto fundamental que justifica a contratação desses serviços especializados é a necessidade de integrar a Ouvidoria à estrutura da Câmara Municipal, aprimorando a gestão e



a comunicação com a sociedade. A Ouvidoria tem um papel essencial na promoção da transparência e no estreitamento das relações entre o Poder Legislativo e a população. Por meio da consultoria especializada, é possível implementar práticas gerenciais eficientes que permitam à Ouvidoria atender de maneira mais eficaz as demandas e sugestões da população, além de ser um canal de fiscalização, transparência e controle social das atividades legislativas.

3.5 A integração da Ouvidoria à atuação legislativa da Câmara Municipal de Amontada proporciona uma comunicação mais fluida entre os cidadãos e seus representantes, permitindo que as ações legislativas sejam mais alinhadas às reais necessidades da população. A consultoria vai ajudar a estrutura da Ouvidoria a atuar de forma mais estratégica, auxiliando na melhoria contínua dos processos legislativos e no fortalecimento da participação cidadã.

3.6 Portanto, a contratação de uma assessoria e consultoria especializada no processo legislativo, com ênfase no gerenciamento da Ouvidoria, é imprescindível para garantir a eficiência da atuação dos parlamentares, a segurança jurídica nas deliberações da Câmara Municipal e a melhoria contínua da atividade legislativa por meio de uma gestão eficaz e integrada com a população. Isso contribuirá para o fortalecimento da democracia e da transparência no município de Amontada.

3.7. Em observância aos critérios subjetivos para a Modalidade, nesse caso específico, a presente contratação é considerada inexigível por se tratar de contratação de consultoria técnica em assessoria legislativa, ou seja, serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e ainda, com serviços prestados por empresa e profissional de notória especialização.

3.8. O objeto deste Termo de Referência está centrado na contratação de serviços técnicos profissionais especializados que podem ser proporcionados por uma pluralidade de interessados, mas que não são coisas plurais, uniformes, equivalentes, que resultam em características pessoais, ou produtos diferentes, específicos ou singular.

3.9. Os serviços pretendidos podem ser contratados por inexigibilidade, com fundamento no art. 74, III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A inexigibilidade de licitação disciplina no art. 74 da Lei nº 14.133/2024, trata-se de instituto cujo a essencialidade é a inviabilidade de competição. Isso significa dizer que há a ausência de pressuposto lógico, qual seja, a possibilidade de competição, afastando o impositivo licitatório, sendo que, uma vez caracterizada essa circunstância fática, a decisão de não realizar o certame é vinculada, não restando alternativa à Administração senão a contratação direta.

3.11. Ressalta-se que a inexigibilidade de licitação será efetuada através de um procedimento com a observância dos princípios que regem a Administração, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando a seleção e a contratação mais adequada e vantajosa para a Administração Pública.

3.12. Destarte, pelos fundamentos acima apresentados, verifica-se indispensável que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- a) Serviço técnico profissional especializado: O art. 74 em seu inc. III, "c", classifica expressamente o serviço de consultoria técnica como técnico especializado de natureza predominantemente intelectual;
- b) Prestador do serviço notoriamente especializado: sobre o tema o jurista Marçal Justen Filho, assevera:



*A especialização consiste na titularidade objetiva de requisitos que distinguem o sujeito, atribuindo-lhe maior habilitação do que normalmente existente no âmbito dos profissionais que exercem a atividade. Isso se traduz na existência de elementos objetivos ou formais, tais como a conclusão de cursos e a titulação no âmbito de pós graduação, a participação em organismos voltados a atividade especializada, o desenvolvimento frutífero e exitoso de serviços semelhantes em outras oportunidades, a autoria de obras técnicas, o exercício de magistério superior, a premiação em concursos ou a obtenção de láureas, a organização de equipe técnica e assim por diante... A notoriedade significa o reconhecimento da qualificação do sujeito por parte da comunidade. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: 17 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 592).*

3.13. Nota-se que existem elementos hábeis para a Administração identificar a notoriedade, quais sejam: desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, dentre outros. Ressalva-se, todavia, que a notoriedade se faz pelo conhecimento da alta capacidade do profissional ou da empresa que possuam currículo satisfatório diante da necessidade da Administração. Isso significa dizer que geralmente a Administração terá alguns profissionais ou empresas de elevada qualificação aptos à realização do serviço, contudo, existe uma margem de discricionariedade para escolher o fornecedor que mais lhe parecer adequado.

3.14. Adicionalmente, podemos mencionar o entendimento do Tribunal de Contas da União, no TC-010.578/95-1 (Ata nº 49/95 Plenário), entendeu:

*“... para fins de caracterizar a inviabilidade de competição e consequentemente a inexigibilidade de licitação, a notória especialização se manifesta mediante o pronunciamento do administrador sobre a adequação e suficiência da capacidade da empresa para atender ao seu caso concreto”.*

3.15. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

3.16. Muito embora se demonstre como regra a realização de licitação, há casos em que a Administração Pública não realiza o certame.

3.17. Por esta razão, a contratação da Empresa Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME, se mostra mais eficaz, uma vez que a referida empresa apresenta vários trabalhos já concluídos ao longo dos anos;



3.18. Sendo assim, não é passível de licitação, pois deriva de uma atuação intelectual que não pode ser definida de modo objetivo e selecionada por meio de critérios como preço e/ou técnica, não há possibilidade de delimitar critérios que permitam a comparação/competição com eventuais serviços existentes no mercado.

3.19. Um serviço intelectual, técnico-profissional e especializado, em regra, não será igual a outro. Nem mesmo autor consegue produzir a mesma informação do mesmo modo. Logo, esses serviços não podem ser comparados e selecionados por meio de critério objetivo. É a natureza, a qualidade, a complexidade e a diferenciação do serviço que o individualizam a tal ponto de tornar-se sua comparação com outros que eventualmente existam no mercado.

3.20. Diante de todo o exposto acima, justifica-se a contratação dos serviços de assessoria e consultoria jurídica e de governança das contratações para a Câmara Municipal de Amontada.

#### 4. DESCRIÇÃO GLOBAL DA SOLUÇÃO.

4.1. A solução a ser contratada consiste em contratar empresa especializada na área de processo legislativo, com equipe altamente capacitada e profundo conhecimento das particularidades do procedimento legislativo, bem como uma sólida trajetória na prestação de serviços a órgãos públicos.

#### 5. FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA

5.1. É cediço, que toda vez que a Administração Pública necessita adquirir, alienar, locar bens ou contratar a execução de obras ou serviços deve, para tanto, valer-se de licitação, sob pena de invalidação do ato concretizado sem a devida formalidade legal, conforme preconiza a Constituição Federal, em seu art. 37, XXI:

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...) XXI – ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.*

5.2. Contudo, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, prevê hipóteses de contratação direta, sem a necessidade de realização de procedimento licitatório, cita-se os casos de inviabilidade de competição, exemplificado no art. 74 da referida Lei: “É inexigível a licitação quando inviável a competição”.

5.3. A jurista Gabriela Verona Pércio denota com precisão sobre o tema, veja:

*“O conceito de inviabilidade de competição está aberto para permitir a contratação direta por inexigibilidade sempre que, concretamente, a licitação se mostrar inaplicável para alcançar os objetivos de contratação. Tal entendimento é perfeitamente compatível com a natureza constitucional da inexigibilidade de licitação, que não deve continuar carregando o signo de excepcionalidade como sinônimo de ilegalidade.*

*(...) É hora, pois, de deixar de lado o ambiente do Direito Administrativo do Medo para buscar interpretações que criem um espaço seguro de atuação ao gestor que porventura identificar, na contratação direta, uma solução para o problema enfrentado. Deve-se evitar transportar para o presente entendimento construídos no século passado, em função de leis que serão revogadas, sendo imperioso buscar novas teorias, devidamente fundamentadas, que representem um avanço hermenêutico e considerem sua utilidade para a Administração Pública atual”.*

5.4. Portanto, é possível concluir que dentro das características e performances desejadas, sem qualquer escolha arbitrária, a inexigibilidade é o meio mais adequado para a contratação da empresa ora citada, tendo em vista a inviabilidade de competição, dentro de critérios objetivos e ainda assim obtendo um preço justo a ser desembolsado pela Administração.

## **6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR.**

6.1. Em análise à necessidade da prestação dos serviços, foram realizadas pesquisas com intuito de buscar empresas que prestassem o serviço conforme a necessidade da Câmara Municipal de Amontada.

6.2. Considerando o a complexidade legislativa e as inovações administrativas a empresa que atenderá com requisitos satisfatório ao que a Câmara necessita é a Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME, com sede na cidade de Aracati, Estado do Ceará, à Travessa Miguel Carvalho, nº 131, Farias Brito.

6.3. A empresa Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME é prestadora de serviços de assessoria e consultoria em processo legislativo por anos perante a órgãos e entidades públicas do Estado do Ceará e justifica-se a contratação por sua capacidade técnica, decorrente de desempenho, estudos e experiências acerca do trabalho solicitado, sendo referência de qualidade em matéria dessa natureza e suporte para a Administração Pública.

6.4. O reconhecimento pelo mercado da qualidade e confiança das informações e soluções produzidas pela Empresa Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME é legítima a sua notória especialização.

6.5. Além da excelência no que faz, são marcas do trabalho e da atuação da Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME sintonia com as recentes decisões dos diversos Tribunais, verificada na apresentação de serviços e produtos diferenciados e o conhecimento



da realidade e das necessidades dos seus clientes, condição fundamental para a assertividade e a objetividade nas soluções.

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

7.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

7.1.1. Que sejam realizadas pela contratada Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME de forma ilimitada os serviços específicos descritos nas necessidades de contratação.

7.1.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação, realizada por meio de atestado(s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado, contendo razão social, CNPJ, telefone da pessoa jurídica que o emitiu, além da identificação (nome e função) do declarante. Caso estes requisitos não sejam atendidos, a Câmara Municipal efetuará diligência, se julgar necessário.

7.2. A contratação dos serviços especializados em Assessoria e Consultoria em processo legislativo, tem que estar de acordo com o art.74, inciso III, alínea "c" da Lei 14.133/2021, conforme este termo de referência. Tal serviço, por sua vez não está relacionado a incidência de impactos ambientais, de modo que não se faz necessário elencar, neste documento, critérios de sustentabilidade para a referida contratação.

7.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7.4. Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/21.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 8.1. Prazo de Execução

8.1.1. A execução do objeto terá início após a formalização do contrato e até 05 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

8.1.2. Os serviços serão prestados, de forma ininterrupta através de e-mail, telefone; além de forma presencial sempre que for solicitado pela contratante a contratada..

8.1.3. O prazo de execução dos serviços contempla é de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o que determina a Lei 14.133/2021.

8.1.4. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, o contratado deverá apresentar justificativa ao contratante por escrito indicando o motivo e o prazo necessário para a execução, que por sua vez, analisará e tomará as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

### 8.2. Local de Execução

8.2.1. A prestação dos serviços, incluído tudo que for necessário para a operacionalização da prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência serão realizados na sede da Câmara, no horário de expediente normal do referido órgão.

### 8.3. Forma de Execução

8.3.1. A execução dos serviços será de forma indireta e o regime de execução será por preço global, devendo observar as rotinas detalhadas e descritas neste termo de referência.

## 9. VISTORIA.

9.1. É dispensável a necessidade de vistoria prévia neste caso, tendo em vista que o objeto da contratação é a de forma intelectual.

## 10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

10.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos estão indicados neste Termo de Referência.

## 11. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.

11.1. A fiscalização/gestão será exercida por servidores designados por Portaria pela Contratante, aos quais competirá acompanhar a execução da contratação e sanar as dúvidas que surgirem, nos termos do art. 104 e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. Para acompanhamento de execução e fiscalização dos serviços, serão designados servidores, aos quais caberão a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega do contratado, conforme legislação vigente.

11.3. A Administração deve promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, mesmo quando o instrumento ou termo de referência tenha sido substituído por instrumentos equivalentes, tais como nota de empenho ou ordem de serviço.

11.3.1. Para efeito de gestão dos contratos originados desta operação, quando for o caso, serão utilizadas as seguintes definições:

11.3.2. **Gestor do Contrato** – Trata-se de servidor da unidade administrativa de controle ou equivalente, diretamente responsável pela disponibilização do bem às demais unidades administrativas do órgão ou entidade, devendo ser indicado em Contrato.

11.3.3. **Fiscal do Contrato** – Trata-se de agente público indicado pelo Gestor do Contrato, preferencialmente, entre servidores que preencham os requisitos técnicos- profissionais aplicáveis.

11.4. Caberá ao gestor do contrato as seguintes atribuições:

11.4.1. Aplicar todas as determinações e normas de conduta, acompanhamento e fiscalização de contrato previstas em manual de gerenciamento de contrato, caso houver, e aquelas decorrentes da legislação aplicável.

11.5. Aplicar as orientações e determinações oriundas dos Órgãos de Controle Interno e Externo e as previstas nos instrumentos legais.

11.6. Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;

11.7. Indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;

11.8. Dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução da ordem de serviço e sua fiscalização;

11.9. Quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução da ordem de serviço, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução do serviço contratado;

11.10. Acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro do serviço contratado, do saldo dos valores contratados, dos valores empenhados e dos orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anual para o serviço contratado;



11.11. Analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de serviços, a fim de garantir a perfeita execução do serviço contratado;

11.12. Observar os prazos de vigência e execução da ordem de serviço e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades;

11.13. Quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;

11.14. Encaminhar os processos de pagamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;

11.14.1. Tomar providências para apurar o descumprimento da ordem de serviço ou fraude na sua execução;

11.14.2. Exigir dos fiscais a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do serviço contratado nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;

11.14.3. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do serviço contratado;

11.14.4. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do serviço contratado;

11.14.5. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução da ordem de serviço e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

11.14.6. Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução da ordem de serviço, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;

11.15. Caberá ao Fiscal do Contrato as seguintes atribuições:

11.15.1. Prestar informações e esclarecimentos ao preposto do contratado, sempre que for preciso;

11.15.2. O fiscal deverá ter pleno conhecimento do termo de referência e de suas cláusulas, de forma a assegurar o conhecimento necessário das cláusulas pactuadas, objeto de sua fiscalização.

11.15.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do serviço contratado, determinando prazo para a correção;

11.15.4. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução da ordem de serviço na data prevista;

11.15.5. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

11.15.6. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

11.15.7. Realizar a conferência da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, e;

11.15.8. O descumprimento das atribuições supracitadas poderá resultar em responsabilização administrativa, civil e penal, do servidor designado;

11.15.9. A fiscalização deverá emitir informações ou relatório a respeito de todos os atos do contratado relativos à execução do Contrato, quando couber, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do Contrato;

11.15.10. A fiscalização deverá, em seu relatório de avaliação da qualidade dos bens, identificar e quantificar as ocorrências eventualmente praticadas pelo contratado no período de faturamento, com vistas e aplicar multas/glosas no pagamento da fatura.

11.15.11. Será designado por meio de portaria pela autoridade competente, os responsáveis para efetuarem o acompanhamento e eventual fiscalização no fornecimento do objeto, em momento oportuno deste Termo de Referência.

## 12. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. A assinatura do Contrato ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis a contar da Notificação da Câmara.

12.2. A disponibilização do serviço ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço.

## 13. CRITERIOS DE HABILITAÇÃO

13.1. A contratação se realizará através da Inexigibilidade de Licitação, na hipótese do art. 74, inciso III, "e" da Lei n. 14.133/2021, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO	DOCUMENTO
Habilitação Jurídica	Art. 62, I e Art. 66 da Lei nº 14.133/2021
Qualificação Técnica	Art. 62, II e Art. 67 da Lei nº 14.133/2021
Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista	Art. 62, III e Art. 68 da Lei nº 14.133/2021
Qualificação Econômico-Financeira	Art. 62, IV e Art. 69 da Lei nº 14.133/2021

13.2. A licitante deverá apresentar, a título de habilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica, além de declarações legalmente exigíveis e outros documentos exigidos por legislação específica ao objeto licitado, conforme documentos relacionados na sequência.

### 13.3. Habilitação jurídica:

13.3.1. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores.

13.3.2. Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária licitante e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.



13.3.3. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

13.3.4. No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

13.3.5. No caso de pessoa física, se elas forem autorizadas a participar do certame, cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

13.3.6. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.3.7. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

13.3.8. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.3.9. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de Microempreendedor Individual.

13.3.10. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

13.3.11. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

13.3.12. Ata ou documento equivalente de compromisso de constituição do Consórcio.

13.3.13. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 13.4. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

13.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

13.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.4.3. Prova de regularidade fiscal perante o Estado.

13.4.4. Para as empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada também prova de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.

13.4.5. Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações expedidas pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.

13.4.6. Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede da licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.

13.4.7. Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.4.9. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa, nos termos da lei de regência.

13.4.10. No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, sem prejuízo da necessária apresentação de toda a documentação exigida, por ocasião da participação em certames licitatórios, mesmo que esta apresente alguma restrição, a elas aplicando-se os arts. 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006.

### 13.5. **Habilitação econômico-financeira**

13.5.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

13.5.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinado pelo seu representante legal e por profissional jurídica registrado no Conselho Regional de Contabilidade, registrado no órgão competente

### 13.6. **Habilitação técnica:**

13.6.1. É necessária a apresentação de documentos que comprovem a habilitação técnica para executar o objeto contratual, pelas seguintes razões:

13.6.2. O licitante deverá apresentar declaração de que está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

13.6.3. O licitante deverá apresentar atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente quando for o caso, em nome da empresa licitante, em papel timbrado devidamente assinado e com identificação do emitente.

13.6.4. O (s) Atestado (s) deverá (ão):

13.6.4.1. Comprovar a aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente

13.6.4.2. Conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma que possa valer-se para manter contato com os declarantes.

13.6.4.3. Se emitido (s) por pessoa jurídica de direito público deverá (ão) ser assinado (s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado.

13.6.4.4. Notas de Empenho ou Contrato, endereço atual do contratante e local em que foram executados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

13.6.4.5. Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição das categorias indicadas neste Termo de Referência, desde



que sejam suficientes à comprovação de capacidade de execução dos serviços exigidos neste Termo de Referência.

#### 14. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

14.1. Não há reserva de cotas para a contratação de Microempreendedor Individual, pois o objeto licitado envolve contratação de serviços, de acordo com o Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/2021.

#### 15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

15.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 17.01.01.031.0001.2.078, elemento de despesa nº 3.3.90.39.00.

15.2. O valor da aquisição possui compatibilidade com a previsão de recursos orçamentários, com compromisso a ser assumidos, fundamentados na Lei Nº 14.133/2021, em seu art. 72, inciso XX, *in verbis*:

*“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*(...)*

*IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido”.*

#### 16. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

16.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3. Não produzir os resultados acordados;

16.4. Deixar de executar, ou não executar com qualidade mínima exigidas as atividades contratadas; ou

16.5. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art.140, I, “a” da Lei nº 14133/2021).

16.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

16.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto contratado mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

16.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com

os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última ou única medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório (art. 119, c/c art. 140 da Lei 14133/2021).

16.11. Os serviços poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.12. Comunicar a empresa para que emita Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato do dimensionado pela fiscalização.

16.13. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

16.14. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

16.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14133/2021.

16.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade
- b) a data de emissão
- c) os dados do contrato e do órgão contratante
- d) o período respectivo de execução do contrato
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.17. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

16.18. A nota discal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

16.19. A administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.20. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do contratante

16.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado,



para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seis créditos.

16.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa

16.23. Havendo efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

16.24. Prazo de pagamento

16.24.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

16.24.2. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos a contratada serão atualizado monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

16.25. Forma de pagamento

16.25.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada

16.25.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.25.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.25.4. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regimento. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido pela referida Lei Complementar.

## 17. REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de um ano contado da data da proposta;

17.2. Após o interregno de um ano, e independente do pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo Contratante, do índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s)

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo

17.6. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão no índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## 18. DO CONTRATO

- 18.1. A contratada ficará obrigada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato e demais documentos necessários, sob pena de decair o direito de contratação.
- 18.2. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 18.3. A vigência do contrato será de 10 (dez) meses, contado da data de assinatura na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e demais artigos que disciplina vigência contratual.
- 18.4. A extinção desta contratação se dará nos termos do art. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021;
- 18.5. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da contratação até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- 18.6. A Contratada reconhece os direitos da Contratante relativos a Contratação:
- 18.7. Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites legais;
- 18.8. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- 18.9. Fiscalizar sua execução;
- 18.10. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da Contratação.

## 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 19.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos, sua proposta de preço e o contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - 19.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 19.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 19.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- 19.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;
- 19.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 19.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 19.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;
- 19.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;
- 19.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;



19.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;

19.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

19.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas no Termo de Referência;

19.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;

19.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

19.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

19.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;

19.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;

19.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;

19.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;

19.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

19.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

19.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;

19.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

19.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;

19.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;

19.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

## 20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

- 20.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 20.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 20.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;
- 20.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 20.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 20.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;
- 20.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- 20.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;
- 20.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;
- 20.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;
- 20.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;
- 20.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes;
- 20.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de fato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 21. GARANTIA CONTRATUAL

- 21.1. Analisadas as peculiaridades do feito não haverá exigência do recolhimento a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, em atenção ao disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

## 22. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 22.1. Conforme previsto no §4º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresa ou atuação de profissional distinto daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

## 23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
  - 23.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 23.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 23.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;





- 23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 23.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 23.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 23.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 23.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 23.6. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 23.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 23.8. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 23.9. Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas dos arts. 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.
- 23.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 23.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 23.11.1. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 23.12. Advertência pela falta do subitem a) item 8.1. deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 23.13. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens a) a m) do item 8.1;
- 23.14. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens b) a g) do item 8.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 23.15. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens h) a l) do item 8.1., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 23.16. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 23.16.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 23.16.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 23.16.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 23.16.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 23.16.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 23.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 23.18. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



23.19. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.20. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.21. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.22. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## 24. DA RESCISÃO

24.1. O instrumento contratual poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021;

24.2. Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 138 da Lei nº 14.133/2021, à CONTRATANTE são assegurados os direitos previstos no art. 138, § 2º da Lei citada.

## 25. DA RESPONSABILIZAÇÃO CONTRATUAL

25.1. Em decorrência do dever, atribuído a ambas as partes, da fiel execução do presente contrato, nesse sentido o contratado deverá atender a todas as especificações prevista nesse instrumento;

25.2. A fiscalização do contrato, não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

## 26. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

26.1. A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

## 27. DA NULIDADE DO CONTRATO

27.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada quando revelar medida de interesse público, com avaliação, entre o contratado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação, assumindo





ainda, todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, uma vez que a Câmara não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo;

27.2. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento no respectivo Contrato;

27.3. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

## 28. LEGISLAÇÃO APLICADA

28.1. Lei nº 14.133/2021 e alterações – Lei de Licitações e Contratos Administrativos

28.2. Lei Complementar nº 101/2000 e alterações – Lei de Responsabilidade Fiscal;

28.3. Lei nº 4.320/64 – Direito Financeiro;

28.4. Lei Complementar nº 131/2009 – Lei da Transparência Pública;

28.5. Resoluções e Instruções Normativas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/CE);

28.6. Jurisprudência e julgados dos Tribunais e Cortes Superiores;

28.7. Demais normas correlatas.

## 29. PÚBLICO ALVO

29.1. O serviço a ser contratado destina-se ao atendimento da Câmara Municipal de Amontada.

## 30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. O proponente/contratado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação;


30.2. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

30.3. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento;

30.4. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

30.5. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, ao todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar o fornecimento do material e/ou execução dos serviços.

Amontada - CE, 20 de fevereiro de 2025.

  
Marcos Caio Magalhães Rodrigues  
Presidente



## PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**Objeto:** Prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria Legislativa em processo legislativo, incluindo a consultoria na atuação gerencial da Ouvidoria junto a Câmara Municipal de Amontada.

O Presidente da Câmara Municipal de Amontada ao final indicado, no uso de suas funções e atribuições, veem dar início ao presente Processo Administrativo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para a Contratação de prestação de serviços técnicos profissionais especializados de Assessoria e Consultoria Legislativa em processo legislativo, incluindo a consultoria na atuação gerencial da Ouvidoria, com a empresa DIGI-EX CONSULTORIA, TREINAMENTO E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 15.093.428/0001-01.

### 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação dos serviços especializados de Assessoria e Consultoria Legislativa em processo legislativo, incluindo a consultoria na atuação gerencial da Ouvidoria será realizada com base na Lei nº 14.133/2021, que estabelece o novo regime de licitações e contratos administrativos.

A inexigibilidade de licitação encontra-se prevista no artigo 74 da referida lei, conforme os seguintes critérios:

Art. 74. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

(...)

§ 3º - Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Dessa forma, conforme o disposto no artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta de serviços especializados de assessoria e consultoria em processo legislativo é viável, dado que a prestação de serviços dessa natureza demanda profissionais com expertise técnica específica e experiência comprovada.





## 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A crescente complexidade do ordenamento jurídico e administrativo impõe à administração pública a necessidade de suporte técnico especializado para garantir a adequada condução de seus atos e decisões. No contexto legislativo municipal, a assessoria e consultoria jurídica se tornam imprescindíveis para assegurar a legalidade, eficiência e transparência dos processos administrativos, legislativos e contratuais.

A contratação dos serviços visa atender às seguintes demandas específicas:

- Assessoria jurídica parlamentar, abrangendo consultoria na elaboração de projetos de leis, projetos de resolução e de Decretos Legislativos, Requerimentos, Indicações, Moções, Portarias, Instruções Normativas, Pareceres, adequação de pronunciamentos, notas técnicas e orientações a comissões da Casa Legislativa;
- Assessoria no controle dos atos administrativos do Poder Legislativo, oriundos do Setor/Departamento Legislativo, dentro das formalidades exigidas pela legislação;
- Atuação complementar junto à Procuradoria da Câmara Municipal, oferecendo suporte técnico-jurídico em demandas relacionadas ao Processo Legislativo;
- Revisar, no que tange a melhor técnica, ofícios, mensagens, justificativas e demais atos a serem enviadas ao Poder Executivo e demais órgãos;
- Revisar e emitir pareceres, em especial sobre processo e técnica legislativa de Projetos e demais matérias legislativas;
- Monitorar a tramitação de proposições legislativas, orientando quanto a correta tramitação;
- Responder a consultas sobre assuntos do legislativo, em especial sobre processo e técnica legislativa, formulação de projetos de lei, de Pareceres, de Comissões, de veto, de forma oral ou escrita;
- Orientar a condução das Comissões Parlamentares de inquérito fundamentadas no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
- Consultoria nos Processos relacionados a ética e decoreto parlamentar;
- Consultoria e Assessoria no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Câmara Municipal, visando otimizar a modernização dos processos legislativos;
- Participar de reuniões com a Mesa Diretora, Vereadores e demais autoridades, quando solicitado;
- Capacitação aos Vereadores e Servidores em Processo Legislativo;
- Orientação gerencial junto a Ouvidoria para a melhoria da gestão pública.

UJ

A presença de uma consultoria especializada contribui para a atuação mais assertiva dos parlamentares, promovendo a segurança jurídica nas suas deliberações e decisões. Além disso, a assessoria garante que a Câmara Municipal cumpra com rigor as normas constitucionais, legais e regimentais, minimizando o risco de ações judiciais, impugnações ou outras falhas que possam comprometer a credibilidade e eficácia das ações legislativas.

Outro ponto fundamental que justifica a contratação desses serviços especializados é a necessidade de integrar a Ouvidoria à estrutura da Câmara Municipal, aprimorando a gestão e a comunicação com a sociedade. A Ouvidoria tem um papel essencial na promoção da transparência e no estreitamento das relações entre o Poder Legislativo e a população. Por meio da consultoria especializada, é possível implementar práticas gerenciais eficientes que permitam à Ouvidoria atender de maneira mais eficaz as demandas e sugestões da população,

além de ser um canal de fiscalização, transparência e controle social das atividades legislativas.

Portanto, a contratação de uma assessoria e consultoria especializada no processo legislativo, com ênfase no gerenciamento da Ouvidoria, é imprescindível para garantir a eficiência da atuação dos parlamentares, a segurança jurídica nas deliberações da Câmara Municipal e a melhoria contínua da atividade legislativa por meio de uma gestão eficaz e integrada com a população. Isso contribuirá para o fortalecimento da democracia e da transparência no município de Amontada.

### 3. RAZÕES DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A escolha da empresa Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME para a Prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria Legislativa em processo legislativo, incluindo a consultoria na atuação gerencial da Ouvidoria junto a Câmara Municipal de Amontada, é justificada por sua notória especialização no direito público, com mais de 13 anos de atuação no mercado. A empresa tem um histórico de resultados bem-sucedidos, especialmente em órgãos e entidades do setor público, com destaque para os municípios do Estado do Ceará.

A experiência dos membros que compõe a equipe da Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME na execução de serviços em processo legislativo, com tais como emendas Revisões de Regimentos Internos, propostas de emendas a Leis Orgânicas, orientações em Comissões Processantes, Sindicâncias, Processos no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, dentre outras ações na seara legislativa comprova sua capacitação para atender às demandas específicas da Câmara. A empresa consolidou uma sólida reputação no mercado, o que é um indicativo claro de sua competência e do grau de especialização de sua equipe técnica. Deste modo, a empresa Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME é a escolha ideal para fornecer os serviços objeto da Inexigibilidade, especialmente devido à sua experiência adquirida em processos semelhantes e com resultados exitosos para outras entidades do setor público.

Em conformidade com o disposto no artigo 72, inciso VI, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, a contratação da Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME., por meio do Processo de Inexigibilidade de Licitação, é plenamente justificável para a prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria em processo legislativo a Câmara Municipal de Amontada.

Quanto ao valor, a empresa apresentou um conjunto de notas fiscais com os preços praticados em outros órgãos públicos de porte equiparado a Câmara de Amontada, para a prestação de serviços da mesma natureza e, ainda assim, verificamos junto ao Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, a conformidade dos preços propostos com os ali consignados até por outras empresas, para o objeto em questão.

Os valores ficaram assim expressos, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Item	Objeto	Unid	Quant	Valor – R\$	
				Mensal	Total
01	Prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria Legislativa em processo legislativo, incluindo a consultoria na atuação gerencial da Ouvidoria junto a Câmara Municipal de Amontada.	Mês	10	10.000,00	100.000,00
Valor Global					100.000,00



Considerando o dinamismo jurídico e os requisitos específicos do serviço, a empresa que melhor se adequa a essas exigências é a Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME, inscrita no CNPJ nº 15.093.428/0001-01, com sede na cidade de Aracati. A empresa é especializada em consultoria e assessoria legislativa para órgãos e entidades públicas no Estado do Ceará, e sua contratação se justifica pela sua capacidade técnica, fruto de desempenho, estudos e experiências em serviços similares, sendo referência em direito público.

O reconhecimento de sua qualidade e a confiança das informações e soluções produzidas por Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME. legitima sua notória especialização. Além da excelência em sua atuação, a empresa é marcada pela inovação, apresentada em serviços e produtos diferenciados, e pelo profundo conhecimento da realidade e das necessidades da Administração Pública. Esses atributos são fundamentais para garantir assertividade e objetividade nas soluções prestadas.

Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME se enquadra perfeitamente nos dispositivos da Lei de Licitações e Contratos, especialmente no que se refere à contratação direta, como já demonstrado. A empresa possui profissionais experientes, capacitados e gabaritados para o serviço pretendido, o que é de interesse público e visa à realização do bem comum. Com ampla experiência e íntima relação com o objeto do contrato, a Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME é indiscutivelmente a escolha mais indicada.

Além disso, a contratação do serviço encontra respaldo na Legislação de Licitações e Contratos, conforme o artigo 74, inciso III, alínea "c" da Lei 14.133/21.

#### 4. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) proposto pela empresa Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME para a prestação dos serviços de assessoria e consultoria jurídica em processo legislativo e ouvidoria foi considerado adequado, baseado nos valores praticados no mercado para serviços semelhantes, de complexidade e especialização técnica equivalente.

A pesquisa de preços no mercado local e estadual revela que o montante está alinhado com os custos praticados por empresas que oferecem serviços especializados de alta qualidade e com a mesma expertise técnica que da empresa Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME.

Além disso, o valor proposto reflete o custo da qualificação técnica necessária, o tempo de experiência da empresa e o valor agregado à gestão financeira da Câmara, proporcionando a certeza de que o preço está compatível com os serviços que serão prestados, sem onerar excessivamente os cofres públicos.

#### 5. JUSTIFICATIVA DA VANTAJOSIDADE

Conforme se pode constatar, ainda que individualizado o serviço, a proposta apresentada pela empresa Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME. verifica-se facilmente ser este compatível com os praticados no mercado.

Ademais a estimativa do valor da proposta da referida empresa foi o menor valor apresentado, o serviço a ser executado é ímpar e depende de alta especificidade técnico jurídica e administrativa para executá-lo, tornando-o singular, não permitindo, assim, comparações, por ser, também, individualizado e peculiarizado, de acordo com cada profissional.



Reponta extreme de dúvidas, portanto, que a situação que nos apresenta conforme aqui intensiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Inexigibilidade de Licitação.

Por fim, diante da fundamentação fático-jurídica, e vasta documentação, que após analisada criteriosamente, concluiu-se pela sua notória especialização, mormente pela qualificação profissional, estrutura e experiência na área, que fora verdadeiramente comprovada pelos documentos apresentados, todas, comprovando a prestação de serviço com qualidade, compromisso, retidão e responsabilidade

Considerando a necessidade da administração de uma assessoria e consultoria especializada em processo legislativo, a empresa apresenta uma vantajosidade com referência aos serviços a serem prestados e o valor ofertado, em relação com os valores de mercado e orçados por outras empresas aqui apresentados, ficando comprovado que a contratação da referida empresa está de acordo com o que preconiza a lei 14.133/21.

## 6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e em conformidade com o artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados da empresa Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME é plenamente justificada. A empresa é reconhecida pela sua notória especialização, e sua experiência assegura a entrega dos resultados desejados pela Câmara.

Por fim, o preço acordado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais encontra-se dentro dos parâmetros do mercado e é justo, considerando a complexidade e a qualidade dos serviços prestados.

Amontada - CE, 26 de fevereiro de 2025.

  
Marcos Caio Magalhães Rodrigues  
Presidente






## DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Amontada, abaixo indicado, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025**, vem emitir a presente Declaração de Inexigibilidade de Licitação, amparada no art. 74, inciso III, alínea "c" e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21, para a Prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria Legislativa em processo legislativo, incluindo a consultoria na atuação gerencial da Ouvidoria junto a Câmara Municipal de Amontada, em favor da empresa **Digi-ex Consultoria, Treinamento e Serviços Ltda. ME**, inscrita no CNPJ nº 15.093.428/0001-01, no valor global de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pelo período de 10 (dez) meses.

Assim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, o ordenador de despesas abaixo signatário, à luz do parecer firmado pela assessoria jurídica, vem emitir a presente declaração.

Amontada - CE, 06 de março de 2025.


  
**Marcos Caio Magalhães Rodrigues**  
Presidente do Legislativo



## TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Amontada, abaixo indicado, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina a Lei Federal nº 14.133/21, considerando o que consta do presente **Processo Administrativo de nº 2025.02.26.01, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025**, vêm **RATIFICAR** a Declaração de Inexigibilidade de Licitação para a Prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria Legislativa em processo legislativo, incluindo a consultoria na atuação gerencial da Ouvidoria junto a Câmara Municipal de Amontada, determinando que se proceda com a publicação do devido extrato e se faça a competente contratação, em favor da empresa **DIGI-EX CONSULTORIA, TREINAMENTO E SERVIÇOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 15.093.428/0001-01, no valor global de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pelo período de 10 (dez) meses.

Amontada - CE, 06 de março de 2025.

  
**Marcos Caio Magalhães Rodrigues**  
Presidente do Legislativo





# CÂMARA MUNICIPAL DE AMONTADA

Dona Maria Belo, nº 1311, Centro / CEP: 62.540-000 - Amontada - CE

CNPJ Nº 06.582.555/0001-75 / CGF Nº 06.920.417-9

Fone: (88) 3636-1177 / Fax: (88) 3636-1414

Home page: [www.camaraamontada.ce.gov.br](http://www.camaraamontada.ce.gov.br)

E-mail: [cmamontada@gmail.com](mailto:cmamontada@gmail.com)



## EXTRATO DE PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025

**UNIDADE ADMINISTRATIVA:** Câmara Municipal de Amontada. **FAVORECIDA:** DIGI-EX CONSULTORIA, TREINAMENTO E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 15.093.428/0001-01. **OBJETO:** Prestação de serviços especializados de Assessoria e Consultoria Legislativa em processo legislativo, incluindo a consultoria na atuação gerencial da Ouvidoria junto a Câmara Municipal de Amontada. **PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025. VALOR GLOBAL:** R\$ 100.000,00 (cem mil reais); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 74, inciso III, alínea "c", § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21. Declaração de INEXIGIBILIDADE emitida e **RATIFICADA** pelo Ordenador de Despesas. Amontada - CE, 06 de março de 2025. **Ordenador de Despesas:** Marcos Caio Magalhães Rodrigues - Presidente.